

Ver de outra maneira.

VOCABULÁRIO PARA O ESTUDO DO UNIVERSO OPERÁRIO (SÉCULOS XIX-XX).

KANT: Ponderei se devia realizar esta viagem americana com Friedrich / com muito cuidado e durante muito tempo / não havia de facto / nenhum risco / em enviar o Friedrich sozinho / às universidades do mundo / ele é capaz / de fazer uma insuperável palestra / sobre tudo o que eu pensei / estende uma orelha em direcção à gaiola / (...) Em nome de Kant / eu irei palestrar / por exemplo / sobre o princípio da contradição / consigo ouvir Friedrich a dizer isso / para Friedrich / O que dizes / quando termina a lição

FRIEDRICH: Agradeço a vossa atenção

Thomas Bernhard, *Immanuel Kant*, Frankfurt, Suhrkamp, 1978, pp.45–46.

Ver de outra maneira. Ao longo de 2011, a série de seminários Áreas industriais e comunidades operárias tentou concitar o encontro entre os investigadores que têm, em Portugal, trabalhado sobre o universo operário, criando um lugar temporário de apresentação e confrontação da multiplicidade das pesquisas por eles concretizadas. A principal preocupação era evitar que uma só concepção se transpusesse, convicta ou clandestinamente, para a convocatória, criando com essa opção as circunstâncias da sua própria validação. Foi intencionalmente que preconizamos critérios largos e polivalentes. Um programa inclusivo, embora com as limitações que são inerentes a qualquer escolha, era o que nos parecia mais ajustado para tolerar a presença dos vários contributos e propostas que coexistem neste campo de estudos,

sem os pré-seleccionar segundo uma qualquer visão normativa do que devem ser os estudos sobre o operariado. Em rigor, visava-se, inclusive, incentivar as transacções e os cruzamentos entre eles, criando margens para a polémica em vez de esperar um consenso entre interesses e participações já previamente orientados. De um encontro ocasional entre cientistas sociais, - é certo que favorecido pela tradição interdisciplinar do Instituto de História Contemporânea (Universidade Nova de Lisboa) - surgiu, assim, a ideia de criar um mercado franco intelectual para se comunicarem e apreciarem os estudos sobre o universo operário existentes em Portugal, sem *privilégios* diplomáticos para nenhuma disciplina académica ou orientação teórica, fosse ela a sociologia, a história ou a antropologia, sem *barreiras alfandegárias* que excluíssem a produção dos investigadores *estrangeiros* à Academia, sem taxas nem tarifas que onerassem (negativamente) as criações fora da pauta oficial de valores (teóricos, metodológicos - e também ideológicos).

“Tornamo-nos conscientes da aparência somente quando ela muda.”¹ Neste sentido, mais do que pronunciar teses ou sínteses, quisemos oferecer uma *apresentação panorâmica* do espaço de questionamento criado pelas ciências sociais em Portugal sobre o universo operário, uma visão estereoscópica em torno a um conjunto de interrogações e interpretações sobre um tema de pesquisa. “Num diferente espaço de pensamento - poderíamos dizer - a coisa parece

1 Ludwig Wittgenstein, *Remarks on the Philosophy of Mathematics*, Oxford, Blackwell, 1998, volume I, §.1034, p.179.

diferente.”² Apresentar sinopticamente um vasto conjunto de trabalhos de pesquisa sobre o universo operário não visa tanto impor uma proposta de *sistematização*, quanto suscitar o surgimento de usos inesperados e posturas inovadoras perante uma paisagem que se tinha tornado entretanto familiar, imperceptível porque habitual. “A expressão da aparência é a expressão de um modo de apreensão (portanto, de um modo-de-lidar-com, de uma técnica); mas usada como descrição de um estado.”³ Forçando uma súbita conversão do aspecto, é certo, o que se transforma é a nossa *percepção* e não o próprio objecto percebido; surgem com isso, todavia, novas oportunidades de exame e tratamento de um objecto que pensávamos conhecer absolutamente, quando, tantas vezes, só o víamos truncado e parcialmente.⁴ Este compêndio de estudos visa, portanto, mostrar em acção a própria plasticidade da investigação científica contemporânea sobre o universo operário português. Obviamente que o conjunto de textos coligidos tem lacunas e omissões, como as teria outra recolha que se fizesse, por maior liberalidade que houvesse nos critérios usados. No entanto, esperamos já assim tornar visíveis conexões entre temas, técnicas e casos, tornando premente a necessidade de praticar modalidades de trabalho colectivo entre as várias perspectivas científicas, e esperando, com isso, levantar vias e pistas de pesquisa surpreendentes e insuspeitas.

2 Idem, *Ibidem*, §.516, p.98.

3 Idem, *Ibidem*, §.1025, p.178.

4 Idem, *Ibidem*, §.478-479, p.86.

Itinerário geográfico (e intelectual). Portimão, Almada, Lisboa e Porto: locais onde se situaram temporariamente os lugares de publicidade e troca de criações intelectuais que visavam conhecer o entorno social e territorial criado pelos processos de industrialização e operarização locais. Para esta implantação sobre o terreno, num roteiro que procurou reiterar ele próprio os movimentos de extensão e enraizamento da indústria sobre o território nacional, foram importantes os apoios que ofereceram as várias instituições académicas, colectividades culturais ou organismos museológicos coligados com a nossa sequência de seminários, pontos de apoio sem os quais seria francamente complicado encontrar a conveniente instalação dos seminários. A permuta com o Instituto de Sociologia (Universidade do Porto), o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (Universidade de Coimbra), e a Universidade Popular do Porto, tal como o apoio que nos prestaram o Museu de Portimão, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa), a Faculdade de Letras (Universidade do Porto), o projecto de investigação MOSCA, e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, foram responsáveis por termos conseguido vencer os limites que, sem o saber, tínhamos concebido para esta série de seminário, tornando viável a inclusão de um vasto número de comunicações e levando-a a um público mais lato do que inicialmente previsto. De igual maneira, só o trânsito nascido de uma tal cooperação é que permitiu o surgimento de uma obra, cujo volumoso conteúdo escrito e visual pareciam seriamente proibir a publicação. Graças ao trabalho aplicado de Catarina Azevedo, responsável gráfica, paginadora & tudo, pudemos contar com a edição electrónica do conjunto de

textos que sustentaram ou que sucederam às comunicações orais trazidas aos seminários acima citados.

Expor o vocabulário. A proximidade de focagens e formatos, a pluralidade de objectos e perguntas, a variação de opções conceptuais, cronológicas e estilísticas que as comunicações aos seminários trouxeram, foram outras tantas peças trazidas para esta reconstituição textual (e virtual) do panorama intelectual existente sobre o universo operário português. Que podia surgir uma imagem inteligível de conjunto era para nós inicialmente um enigma, tão heterogéneos eram tais *pedaços*. A simples concentração da matéria-prima tornou, posteriormente, uma verdadeira *necessidade* proceder a uma *montagem* dos textos: iam surgindo constelações de conceitos, temas e significados, tornavam-se visíveis vínculos de proximidade (e contraste) entre interpretações e aplicações de certas perspectivas científicas, iam aparecendo protuberâncias sobre a superfície rasa dos raciocínios e termos comumente usados nestes estudos, nodosidades onde se condensam as orientações e os interesses particulares traduzidos pelas comunicações e os textos ou onde elas se confrontam e chocam entre si. De maneira a conceder uma *nitidez acentuada* a uma colecção de peças inicial e aparentemente desconexas,⁵ sem ter sequer uma ordem ou um plano, tentamos expressar estes pontos de encontro (em todos os sentidos do termo) num vocabulário. A saber: *construção, contestação, cultura, trabalho, cidade, memória,*

5 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften* (org. Rolf Tiedemann), "Das Passagen-Werke", volume 5, parte 1, p.575.

testemunhos, ofício. Estes vocábulos funcionam como epígrafe dos respectivos capítulos, plataformas para onde foram trazidos os textos que, numa opção possível entre várias, julgamos que lidavam, obliqua ou expressamente, com os conceitos em causa.

Os textos não propõem nem pugnam por certas *definições*, novas ou velhas, para estas palavras; eles *usam-nas* e, com isso, demonstram as suas vicissitudes e potencialidades. Por assim dizer, são essas complexas *reverberações* do uso que constituem a própria heurística de cada conceito e de todos eles em conjunto. Tentar registar o estado actual dos estudos sobre o universo operário em Portugal significou, portanto, renunciar a mostrar uma *continuidade e homogeneidade* que ele não tem, tal como o esperava fazer Walter Benjamin noutra universo de traços.⁶ Quisemos antes recuperar as fulgurações que constituem uma imagem como expressão que não só pertence a um momento em particular, como só é completamente *legível* ou *reconhecível* quando reinscrita nesse tempo.⁷ De rompante, eis-nos a *mostrar* – não a julgar - o estado imediato da história do universo operário.

Não tendo elas certamente propósitos equivalentes, perscrutamos as três tentativas de investigar (e *não* fixar) o vocabulário utilizado nas várias zonas da experiência comum e intelectual do mundo utilizadas pela *história social*, pela *história conceptual* e pela *sócio-história*. Roçar por elas permite-nos apurar as fronteiras em que nos

6 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften* (org. Rolf Tiedemann), “Das Passagen-Werke”, volume 5, parte 1, p.588.

7 Idem, *Ibidem*, pp.577-578.

movemos, verificar os sinais por que nos orientamos. Sobretudo é ter a oportunidade de tomar os *princípios operativos* que, em estado vibrátil, se movem por esses projectos de pesquisa. Quisemos ver *em movimento* as respectivas aparelhagens conceptuais, que têm, seguramente, fundamentos, objectivos, e estilos de pensamento contrastantes e aos quais não tentaremos, por isso, aplanar as especificidades (logo, as incompatibilidades recíprocas). Vamos, portanto, testá-los como pontos de fuga transitórios para o nosso próprio trabalho de sondagem e interpelação a um *vocabulário*. Não são estes, paradigmas incompatíveis entre si, muito menos isolados. Salientar a pluralidade de usos dos instrumentos conceptuais de representação e interpretação da história e, por outro lado, incentivar a procura de avanços complementares e críticos entre eles, constituíram os nossos objectivos principais. Em todo o caso, não tentamos encontrar ou promulgar um presumível terreno de sobreposição comum a todas, a solução neutra por excelência que conduz usualmente a constatações triviais, nem avançar uma proposta de superação ousada, ignorando que elas são modos de objectivação histórica francamente originais e independentes entre si. Iremos, pois, aproveitar os avanços que podem permitir, sem emitir intencionalmente a nossa apreciação pessoal sobre eles. Aos leitores, as suas prerrogativas.

Tomar consciência dos limites das interpretações. A prospecção intencional de Raymond Williams no corpo de termos e significados que são inescapáveis nas práticas e instituições culturais terminou, sem pretensões de exaustividade ou imparcialidade, no

apuramento de uma lista restrita de *palavras-chave*;⁸ ou seja, as que são palavras *conectoras* entre certas actividades e as suas interpretações e, simultaneamente, palavras *indicativas* de certas formas de pensamento. Regimes de justificação e esquemas de pensamento, portanto. Este exercício de *semântica histórica* não só traça a origem e a evolução histórica de um conceito, já então uma constatação trivial, como vê o seu presente como história (i.e. vendo os seus actuais significados, implicações e associações). Ou seja, torna visíveis os contornos do *círculo de inteligibilidade* que cada conceito é capaz de criar, torna-nos conscientes de que os conceitos, que tanto exprimem um modo de pensamento, como servem para constituir as nossas representações,⁹ comandam uma visão do mundo figurada apenas nos confins desse círculo. De tal maneira que se acentua criticamente que nenhum vocabulário esteve ou permanece socialmente *inerte*. Um racimo de conceitos não é, pois, uma tradição para ser aprendida, nem um *consenso* para ser aceite, nem uma linguagem, que por ser *a nossa*, tenha qualquer *autoridade natural*; é, sim, um “vocabulário para ser usado, para nele encontrarmos o nosso próprio caminho, para o mudar quando considerarmos necessário fazê-lo, à medida que formos fazendo a nossa própria linguagem e história.”¹⁰

8 Raymond Williams, *Keywords. A vocabulary of culture and society*, p.15.

9 Idem, *Ibidem*, p.24.

10 Idem, *Ibidem*, pp.24-25.

Num outro momento, lemos ser necessário, mais do que inventar uma nova formulação conceptual, questionar os próprios *modelos* e *imagens*, expressos em *metáforas* por exemplo, que são usados para pensar e enunciar o universo operário.¹¹ Foi a conciliação tensa entre a crítica ao empirismo historicista, formulada com os instrumentos da sociologia e da antropologia, e o cepticismo perante os usos escolásticos da teoria social, incentivado por uma prática historiográfica orientada para o estudo de registos históricos concretos, que permitiu repensar os *hábitos de pensamento* em vigor acerca do operariado em meados do século passado, reorientando os carris que permitiram a passagem a uma nova ideia de história social.¹² A própria noção de *linguagens de classe*, que Gareth Steadman Jones avança a este propósito, exprime a necessidade de interrogar simultaneamente o comportamento historicamente observado do operariado e os modelos teóricos usados para os compreender e interpretar.¹³ Neste sentido, “tomamos consciência dos limites de qualquer forma de interpretação histórica auto-suficiente” ao vasculhar por “todo um conjunto de crenças convencionais sobre a classe operária” com recurso a mecanismos de (auto- e hetero-)reflexividade epistémica,¹⁴ em especial o livre funcionamento da crítica entre pares e a necessidade de

11 Gareth Steadman Jones, *Languages of Class. Studies in English Working Class History 1832-1982*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983, p.1

12 Idem, *Ibidem*, p.5.

13 Idem, *Ibidem*, pp.7-8.

14 Idem, *Ibidem*, pp.9, 1-2.

averiguar a premência das categorias intelectuais utilizando-as a respeito de casos social e historicamente situados.

Os conceitos da história, a história dos conceitos. Os conceitos não são intemporais ou transcendentos. Entre os trabalhos realizados pela *histórica conceptual*, sobretudo a partir dos anos 50, quando ela conhece uma ordenação e uma renovação com Werner Conze, têm lugar central as sucessivas investigações de Reinhart Koselleck, entre outros, sobre os *conceitos históricos fundamentais*. São vários e sabidos os contrastes, e as complementaridades, que existem entre a história conceptual e a história social, que se prendem, sobretudo, com a existência de um *hiato* entre os projectos epistemológicos;¹⁵ este é, porém, um capítulo da história da reflexão e representação históricas que não vamos consultar neste momento. Não vamos, todavia, passar em claro este movimento de interrogação no que ele nos traz de promissor em termos de orientações de pesquisa. Para a história conceptual, a linguagem, como qualquer conceito em particular, é, “por um lado, indicador da «realidade» previamente fabricada, por outro lado, factor da realidade fabricada”.¹⁶ Neste sentido, ela não é exactamente *materialista*, nem simplesmente *idealista*, pois “ela tanto pergunta quais as experiências e circunstâncias que são trazidas aos seus

15 Reinhart Koselleck, *Begriffsgeschichte. Studien zur Semantik und Pragmatik der politischen und sozialen Sprache*, (“Sozialgeschichte und Begriffsgeschichte”), 2006, p.13. Em especial contra as variadas teorias do reflexo, mormente a marxista e a positivista, as fontes históricas são vistas, assim, como uma construção, obedecendo a regras de construção próprias da linguagem, e não como uma tradução do acontecido.

16 Idem, *Ibidem*, (“Stichwort: Begriffsgeschichte”), p.99.

conceitos, como [pergunta] como são conceptualizadas essas experiências e circunstâncias.”¹⁷ Avesa a ser convertida numa causa primeira do mundo social, não obstante ser também irreduzível a qualquer instância outra, a lógica da linguagem suscita e justifica, por isso, a existência de uma variante original de pesquisa histórica. Variante que não se cinge unicamente ao tratamento imanente dos valores semióticos dos textos. A história conceptual pergunta, “em primeiro lugar, quando, onde, de quem e para quem, quais as intenções ou quais situações como [eles] foram conceptualizados”, tentando especialmente retomar, por via da pesquisa, “as conjunturas singulares nas quais as respostas conceptuais são discursivamente condensadas em usos de palavras”.¹⁸ Outras latitudes viram outros *historiadores dos conceitos*,

17 Idem, *Ibidem*, p.99. Isso implica que ela opere entre a história linguística e a história factual, e que, portanto, entre as suas ocupações, esteja “die Analyse von im Lauf der Geschichte auftretenden Konvergenzen, Verschiebungen oder Diskrepanzen des Verhältnisses von Begriff und Sachverhalt.” Idem, *Ibidem*, p.99.

18 Idem, *Ibidem*, p.100. Ao mesmo tempo, os conceitos não só têm esta eficácia de interpretação sincrónica ligada a um contexto particular, como estão escalonados diacronicamente, tendo valências temporais que se distinguem consoante o volume de conteúdos de experiência anteriores que estão neles acumulados e consoante a importância da novidade nas *posturas de expectativa* que se alojam em si. De acordo com as variações nesta *estrutura temporal interior* do conceito, encontraremos uma escala de *conceitos retrospectivos* (*ruckblickende Begriffe*) e *conceitos previosores*, ou antecipações (*vorausschauende Begriffe*, *Vorgriffe*), variações que concorrem, constantemente, para mobilizar, julgar ou sumarizar o passado (construir a *história* em sentido estrito) e para prometer, anunciar e prever o futuro (oferecendo-se, em especial, como utopia). A *temporalidade* penetra todos os escaninhos da linguagem, os usos dos conceitos, as reacções aos conceitos, as impetrações dos conceitos, as potencialidades de interpretação do tempo acessíveis e imagináveis num certo instante, as modalidades de registo e expressão da história que são articuláveis por um certo *narrador* (como historiador), talvez por oposição a outros.

como Quentin Skinner ou John Pocock, acentuarem também a importância de verificar, saindo do sector tradicionalmente ocupado pela pesquisa filológica e hermenêutica (que continuou a ser, no entanto, a auxiliar preferida), as circunstâncias concretas em que são enunciados os actos de fala, com os quais são expressas e constituídas simultaneamente as instituições, os costumes, os hábitos de uma certa sociedade.¹⁹

Modos de usar. No seu *O perspectivismo linguístico em Don Quijote*, Leo Spitzer levanta um problema pertinente: a *polinomásia*, ou seja, a utilização de vários nomes para classificar uma mesma personagem nessa novela. Ao contrário do que sucedia nos estudos bíblicos e na etimologia escolásticas, bem conhecidos (e parodiados) por Miguel de Cervantes, que procuravam encontrar o significado espiritual que se ocultava por trás da obra visível de Deus, é claro para Leo Spitzer que se procura, nesta obra, “mostrar a multivalência de que estão dotadas as palavras para as distintas mentes humanas.”²⁰ Assim, a razão para as oscilações linguísticas encontra-se menos nos impedimentos ou incapacidades que pesam sobre as personagens, do que na expressão do seu ponto de vista sobre o mundo (social e ficcional) do romance. Um caso exemplar: a acentuação plurivocal dos nomes comuns. Na maior parte dos casos de ambiguidade evidentes na obra, “lidamos com a confusão ou a crítica que o choque entre dois tipos lin-

19 Leia-se, por exemplo, John Pocock, *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*, Princeton, Princeton University Press, 2003 (ed. rev.); Quentin Skinner, *Visions of Politics*, volume 1, Cambridge Cambridge University Press, 2002.

20 Leo Spitzer, *Lingüística e historia literaria*, (“Perspectivismo lingüístico en el Quijote”), Madrid: Gredos, 1955 (1948), p.145.

guísticos determinados principalmente pela posição social do falante engendra.”²¹ Miguel de Cervantes, escreve Leo Spitzer, sabe que “a transparência da linguagem é uma realidade apenas para Deus”,²² nos universos sublunares, as transições e as matizes de sentido que são impostas aos vocábulos variam consoante os predicados linguísticos e sociais de quem os profere. A constatação de um tal perspectivismo pode ser feita directamente sobre o universo prosaico, onde a instabilidade, a flutuação e o relativismo linguístico estão intrinsecamente ligados às complexas hierarquias do mundo social.

Ubíquas e impositivas, estas hierarquias são, porém, tensas e precárias porque estão submetidas a constantes lutas de redefinição, também travadas em torno ao sentido legítimo, ou oficial, da linguagem comum. “Numa sociedade diferenciada, os nomes a que chamamos comuns, trabalho, família, mãe, amor, recebem na realidade significados diferentes, ou até mesmo antagónicos pelo facto de os membros da mesma «comunidade linguística» utilizarem, melhor ou pior, a mesma língua e não várias línguas diferentes – a unificação do mercado linguístico faz com que haja sem dúvida cada vez mais

21 Idem, *Ibidem*, p.149. Leo Spitzer tem observações precisas que suportam a sua interpretação, como a que transcrevemos da nota 19 do seu texto, em que escreve que “se pode dizer de quase todos os personagens do Quixote que cada um aparece localizado no seu correspondente plano linguístico, num ponto ao longo de uma escala hierárquica”. A expressão da “superioridade linguística e social” é, por conseguinte, expressa nos relacionamentos entre personagens que preenchem a trama do romance, como sucede entre a Marquesa e Sancho, ou entre este e o nosso protagonista. “Inclusive quando as personagens incidem numa língua estrangeira, há uma diferença conforme a sua posição social. Idem, *Ibidem*, p.176.

22 Idem, *Ibidem*, p.165.

significados para os mesmos signos.”²³ O surgimento de um mercado unificado para uma língua oficial tem parte com a construção histórica do Estado. A instituição, ler similarmente: *fabricação*, de uma *língua nacional*, componente e veículo da unificação do mercado de bens simbólicos que acompanha a unificação da economia e também dos circuitos de criação e circulação cultural (e escolar), vem a significar, por um paradoxo apenas aparente, a instauração de uma hierarquia entre os vários usos da língua, espécie de translação em termos propriamente linguísticos de oposições sociais entre falantes, que passam a ter que *contrastar* (em todas as acepções da palavra, sobretudo como comparação e como certificação) as suas enunciações verbais entre si e, em especial, com a língua-padrão.²⁴ “Todas as práticas linguísticas são comparadas às práticas legítimas, as dos dominantes, e é só no interior do sistema de variantes praticamente concorrentes que realmente se institui sempre que se encontram reunidas as condições extralinguísticas da constituição de um mercado linguístico, que se define o valor provável objectivamente prometido às produções linguísticas dos diferentes locutores e, assim, a relação que cada um deles pode estabelecer com a língua e, simultaneamente, a sua própria produção.”²⁵ Surgem sistemas de diferenças entre os vários usos da língua - as enunciações mais eruditas ou mais

23 Pierre Bourdieu, *O que falar quer dizer. A economia das trocas linguísticas*, Algés, Difel, 1998, p.17.

24 Idem, *Ibidem*, p.37.

25 Idem, *Ibidem*, p.36.

populares, os sotaques, a apreciação (ou recriminação) de predicados como *correção*, *laconismo* ou *rusticidade* aplicados à conversa, a ostentação de um tom *cortês* ou *vulgar*, - que reciam, na ordem linguística, onde actuam como sistemas de classificação por si mesmos, i.e. como *traços distintivos*, o sistema *social* de repartição das competências culturais e posses económicas existente entre os locutores que condicionam o seu acesso aquele mercado linguístico que os envolve.²⁶

Em termos sucintos, o modo de ver as categorias do pensamento popular e erudito que é parte integrante da sócio-história procura conjugar um exercício de historicização do mundo social, preocupando-se em restituir os processos de formação e transformação dos fenómenos que estuda, e a apreensão das configurações de relações sociais que existem entre os actores sociais, cujas implicações objectivas são independentes da consciência ou opinião que haja sobre elas e ultrapassam o círculo imediato da suas interações interpessoais, o que, por sua vez, implica reconstruir as estruturas de repartição das várias formas de *poder* (económico, cultural, político) que vigoram num certo momento do tempo. Neste sentido, segundo a terminologia de Ernst Cassirer, a sócio-história privilegia os *conceitos-função*, preocupa-se

26 Idem, *Ibidem*, pp.54-55. Segundo Pierre Bourdieu, o que explica a recepção valorizada e valorizadora que solicita para si a linguagem erudita é precisamente esse encontro entre as propriedades sociais dos seus locutores (dominantes) e as características estilísticas dos produtos que ele oferece (raras e prestigiadas), vistas em comparação, umas e outras, com as propriedades e as características de outros locutores e outros produtos concorrentes, ser posteriormente avaliado pelos seus habituais consumidores e o seu respectivo modo de consumo, que são, eles próprios, selectivos. Idem, *Ibidem*, p.19.

em objectivar os constrangimentos e oportunidades que pesam assimetricamente sobre os actores. Estes constrangimentos e oportunidades incentivam ou limitam o surgimento de tensões e convênias, oposições ou solidariedades entre tais actores, todos vinculados a uma competição incessante pela manutenção ou transformação do sistema contemporâneo de repartição de vantagens sociais. Por um lado, visa-se contestar a *reificação* de certos fenómenos históricos, tratando de investigar as condições específicas de surgimento e as vicissitudes sofridas pelos colectivos e instituições, que vemos como historicamente consumados (por exemplo, uma condição aparentemente *natural*, como a nacionalidade ou o género), em prejuízo de uma concepção coisificada de tais entidades. Por outro lado, a forte orientação empírica que privilegia o estudo de contextos espacial e temporalmente situados, cujos limites são circunscritos por recurso a critérios de pertinência teórica e substantiva e não por motivos de simpatia pessoal, não significa a partilha dos pressupostos interaccionistas que reduzem todos os factores sociais a encontros pessoais e ao interconhecimento.²⁷ Tomando sempre em conta a intersecção de *relações sociais à distância* que se exercem sobre um local, um evento, ou uma personalidade, todos submetidos a uma multiplicidade de mediações e intermediários, é possível constatar sócio-historicamente a emergência, as vicissitudes e a legitimação de corpos compósitos como um Estado nacional

27 Gérard Mauger, *Introduction à la Socio-histoire*, Paris, La Découverte, 2006, p.56

ou um grupo sócio-profissional.²⁸ Da mesma maneira, ela serve como procedimento de objectivação do sujeito da objectivação, i.e. instância de controlo epistemológico (e ético) das práticas e utensílios (materiais e mentais) do investigador, ele próprio inscrito numa configuração de relações de concorrência e colaboração específica.²⁹

Palavras em acto. Tanto esmero para encontrar só uma lista de palavras? Seria certamente um *exagero* se fosse só isso o que pretendemos mostrar. A verdade é que vislumbramos por trás de tais noções – *construção, contestação, cultura, trabalho, cidade, memória, testemunhos, ofício* – modos de ver a história social que são convergentes embora fragmentados, perspectivas *epistemológicas* explícitas ou latentes que se cruzam e sobrepõem nessas noções. Noções que, por isso, se nos tornaram suspeitas de serem os sintomas ou os prenúncios de um certo grau de *parentesco* entre estilos de pensamento. Não quisemos constatar apenas, – constatação *pueril* para os historiadores, – a *historicidade* dos conceitos que são empregados na linguagem comum ou culta. Quisemos mostrar, em primeiro lugar, o interesse que tem proceder a um mapeamento (sócio-)lógico dos conceitos que usamos nas ciências sociais, um que nos obrigue a suspender *hábitos*

28 Luc Boltanski, *Les Cadres. La Formation d'une Groupe Social*, Paris, Éditions du Minuit, 1982 ; George Steinmetz, "The Colonial State as a Social Field: Ethnographic Capital and Native Policy in the German Overseas Empire before 1914", *American Sociological Review*, 73, 2008, pp.589- 612; Rogers Brubaker, *Nationalism reframed. Nationhood and the national question in the New Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 2009.

29 Sobre esta questão, pode ler-se Pierre Bourdieu, *Science de la science et réflexivité*, Paris, Éditions Raisons d'Agir, 2001.

de pensamento naturalizados e nos coloquem em condições propícias para conseguir esse suplemento de *consciência* sobre as presunções, os impulsos e as rotinas de raciocínio de que são solidárias tais noções.³⁰ Neste sentido, não nos limitamos a “falar com sentido com conceitos”: pretendemos também “falar com sentido sobre eles”; não queremos comprazer-nos em “saber pela prática como operar com conceitos, pelo menos dentro de campos familiares”, mas ainda “constatar as regulações lógicas que governam o seu uso”.³¹ Em segundo lugar, quisemos mostrar que os vocabulários têm uma vocação eminentemente performativa. Eles não só constatarem; eles também promulgam e prescrevem certas noções e significados para uma zona do conhecimento.³² Inclusive, os produtos exemplares de sucessivas ope-

30 Um tal procedimento caracteriza, em especial, os empreendimentos de questionamento que são usados por uma certa *filosofia analítica* - uma noção ela própria que precisou ser interrogada, ou, em termos semelhantes, cartografada, a partir das *semelhanças familiares* existentes entre as respectivas correntes - tal como os John Austin conduziu sobre as percepções sensíveis ou o que Gilbert Ryle conduziu sobre o conceito de “mente”. Vd. Hans-Johann Glock, *What is Analytic Philosophy?*, New York, Cambridge University Press, 2008, especialmente pp.204-230.

31 Gilbert Ryle, *The Concept of Mind*, Oxon, Routledge, 2009, p.lx.

32 Um exemplo extremo pode ser encontrado na colecta terminológica que Victor Klemperer realizou nas páginas do seu caderno de filólogo, sobre o léxico do nacional-socialismo e o modo como ele, de maneira linguisticamente incisiva porém invisível, foi penetrando a percepção e a apreciação do mundo na Alemanha dos anos 30 e 40 do século passado. “Qual foi o meio de propaganda mais forte do hitlerismo?”, pergunta Victor Klemperer. Um linha depois, surge a resposta. Primeiro, na negativa. “Não, o efeito mais forte não foi produzido através de discursos pessoais, nem através de artigos ou folhetos, cartazes ou bandeiras, ele não foi alcançado por meio de nada daquilo que se pode registar em si com pensamentos ou sentimentos conscientes.” Depois, avançando uma interpretação. “No entanto, o nazismo deslizou sobre a carne e o sangue da multidão através das palavras isoladas, das figuras de discurso, das formas das frases, que ele impôs repetindo-as de

rações de codificação dos usos linguísticos de uma língua, como, por exemplo, as gramáticas e os dicionários, têm igualmente a capacidade de funcionarem, com toda a aparência da neutralidade, como instrumentos de inculcação e legitimação de significado.³³ Esperamos que se tenha tornado, entretanto, evidente que não visamos nem a criação de um *artefacto* semelhante, conseguida a partir da neutralização da existência social das palavras que escolhemos, nem a invenção de um novo *jargão*, traficado por entre expressões e palavras incontroversas.

Tendo presente esta capacidade dos vocabulários se impregnarem nos corpos dos leitores e dos falantes, bem como a sua tendencial cristalização (íamos a escrever: consagração) e estereotipia como *sensu comum* (popular ou erudito), quisemos prevenir os eventuais enviesamentos na recepção da nossa proposta com a introdução de um aviso ao leitor: a apresentação panorâmica que é suposto estas palavras oferecerem não tem nenhuma pretensão legislativa sobre o território intelectual dos estudos sobre o operariado português. Não visa traçar limites, nem impor uma ordem intelectual ou ideológica, nem propor uma via de salvação teórica ou metodológica. Repitamos.

milhões de maneiras e que foram recebidas inconscientemente.” Victor Klemperer, *LTI - Notizbuch eines Philologen*, Berlin, Aufbau Verlag, [1947], p.29.

33 Ao menos, sobre a existência de um vínculo estreito entre a emergência histórica de um grupo particular de criadores intelectuais e a instalação de enciclopédias e dicionários como variedade de produção e consumo de livros, parece existir um amplo consenso entre várias correntes historiográficas, vd. Robert Darnton, “Philosophers Trim the Tree of Knowledge: The Epistemological Strategy of the Encyclopedic”, *The Great Cat Massacre*, New York, Basic Books, 1999, pp.191-214. François Furet, “A «livraria» do Reino de França no século XVIII”, *A Oficina da História*, Lisboa, Gradiva, 1988, especialmente p.161.

Uma *apresentação panorâmica*, como escreveu Ludwig Wittgenstein, visa unicamente *ver de outra maneira* o que temos perante os olhos, visa, em especial, levar-nos a reparar em pormenores e concatenações que eram imperceptíveis sem formular nenhuma hipótese factual. “Esta apresentação panorâmica proporciona o compreender //a compreensão//, que consiste precisamente em «ver as concatenações». Daí a importância do encontrar os *elos intermédios*. Um elo intermédio hipotético, entretanto, nada deve fazer nesse caso senão dirigir a atenção para a semelhança, para a concatenação, entre os factos.”³⁴ Esta foi a principal razão por que não quisemos escrever vinhetas, ou entradas, a acompanhar os conceitos que seleccionamos, onde era expectável que se realizasse uma tentativa de síntese ou simplesmente um resumo. Quisemos, outrossim, expor a variedade e a amplitude de usos permitidos e possíveis nos estudos sobre o universo operário e, em especial, facilitar e fomentar a interlocução e a interpelação entre casos, interpretações, programas.

No entanto, nem sempre as condições de circulação e apropriação da terminologia são totalmente previstas e controladas no momento de enunciação (ou, para o caso, inscrição). Por isso, quisemos salientar, em terceiro lugar, que os conceitos são aplicados em situação, i.e. são concretizados num *instante* onde se cruza uma teia de antagonismos e solidariedades e onde convergem várias histórias, sem que seja, por isso, possível prever o sentido que eles tomam por

34 Ludwig Wittgenstein, *Observações sobre O Ramo Dourado de Frazer*, Porto, Deriva Editores, 2012, pp.45, 47.

recurso exclusivamente aos textos canónicos. Da mesma maneira, existem regras de criação e interpretação que são carreadas com a ordem linguística, um universo de incitamentos e censuras particular com os seus próprios estilos de enunciação, tradições de género, recursos expressivos e esquemas de discernimento, que não são completamente explicitáveis a partir da história social tomada em sentido comum, mas que tornam necessária a ponderação especial da lógica específica da representação simbólica. Por fim, em quarto lugar, quisemos mostrar a existência de uma pluralidade de acentuações das noções comuns, pontos *de vista* (simbólico) que são enviesados consoante o *ponto* de vista (social) do seu ocupante, determinado, em particular, pelas suas competências linguísticas e estatutárias. De igual modo, a oportunidade de institucionalização e legitimação de um conceito e do seu significado, ou a sua *oficialização* em prejuízo de conceitos e significados concorrentes ou equivalentes, é fortemente condicionada pelo *valor social* que acrescenta a sua vinculação com os modos de vida dos segmentos social e culturalmente prevaletentes (como são *os intelectuais*). A (auto-)consciência de tal privilégio é que nos pode inocular contra a *fetichização* de certos conceitos e significados, tantas vezes tidos tacitamente como de *crença*. Artigos de fé, escreveu Friedrich Nietzsche. Por conseguinte, torna-se impraticável continuar a tomar inquestionavelmente a concepção da actividade intelectual como *suspensa num vácuo social*.³⁵ Embora sem conseguirem, por si só, predizer que

35 "Para poderem afirmar tudo isto era, porém, necessário que e iludissem a si próprios sobre a sua própria condição, era preciso que se atribuissem a ficção de uma impessoalidade e de uma duração

sejamos capazes de os evitar, estes apontamentos podem, ao menos, sinalizar esses vários perigos científicos (e éticos) que pesam sobre o trabalho histórico e sociológico feito em torno do universo operário. Quando exercitados contínua e metodicamente como *conduta prática*, estes apontamentos podem estimular um processo de objectivação do trabalho intelectual que permite *consciencializar* explicitamente os constrangimentos intelectuais e sociais que pesam sobre o trabalho historiográfico e sociológico, tais como, entre outros, o encantamento que continuam a exercer os ídolos *da tribo* que François Simiand, logo em 1903, acusava: a fascinação *política*, a onipotência do *indivíduo* e a obsessão incontinente com a *cronologia*.³⁶

Demolindo oposições. Não quisemos, pois: nem repetir nem resumir nem preceituar. Somos, nessa medida, o oposto da personagem Friedrich, a companhia predilecta de Kant na sua viagem à América, essa inverosímil proeza imaginada por Thomas Bernhard para o filósofo de Königsberg que pouco saiu da cidade (e se o fez, nunca foi certamente à América). Sirva-nos de consolo: Friedrich era um papagaio. Neste sentido, tal como acima escrevemos, tentamos que esta obra proporcionasse mais do que uma lista de etiquetas com que

imutável, que não reconhecessem a essência do sujeito cognoscente, que negassem a violência dos impulsos no conhecimento e, de uma forma geral, que concebessem a razão como uma actividade inteiramente livre, como que gerada por si própria. Fechavam os olhos ao facto de que também eles haviam chegado a esses seus princípios pela contradição do que era tido como válido e por aspirarem ao repouso ou à propriedade exclusiva, ou ao poder.” Friedrich Nietzsche, *A Gaia Ciência*, III, §.110, Lisboa, Relógio d'Água, 1998, p.126.

36 François Simiand, *Méthode historique et science social*, segunda parte, Chicoutimi, Cégep, 2002, pp.25-27.

rotular e ordenar o universo operário; tentamos que tais categorias servissem como *instrumentos de pesquisa* e que instruísem *exercícios de interrogação*. Ao invés de aceitar os conceitos como *coisas* encontradas naturalmente (ou magistralmente oferecidas pela cátedra), como simples *objectos*, procuramos tratá-los como *projectos* que carecem ser aplicados a determinados contextos empíricos.³⁷ Um conceito também não é uma vã palavra.³⁸ Ele pode efectivamente tornar-se, *construído*, uma *técnica de construção*, “uma soma de maneiras de agir actuais e possíveis”.³⁹ Por interessantes que sejam as conside-

37 “Assim nós não conhecemos «objectos» como se eles fossem logo independentemente determinados e oferecidos como objectos, - mas nós conhecemos *objectivamente*, ao produzir certas limitações e ao fixar certos elementos e conexões permanentes a partir do fluxo uniforme da experiência. O conceito de objecto neste sentido não constitui um limite definitivo do conhecimento, mas é antes o instrumento fundamental pelo qual tudo o que se tornou uma sua permanente possessão é expresso e estabelecido. (...) A «coisa» é, assim, não mais algo desconhecido, permanecendo perante nós como um material bruto, mas é uma expressão da forma e maneira do conceber. (...) Enquanto na metafísica a permanência e contínua existência de objectos é enunciada distinguindo-os da mutabilidade e descontinuidade das percepções dos sentidos, aqui identidade e continuidade surgem como postulados, que servem como linhas de direcção gerais para a progressiva unificação das leis. Eles significam não tanto as propriedades conhecidas das coisas, mas antes o instrumento lógico pelo qual adquirimos conhecimento.” Ernst Cassirer, *Substance and Function*, New York, Dover Publications, 1953, pp.303-304.

38 “O ideal de um conceito *científico* aparece aqui em oposição à apresentação esquemática geral que é expressa por uma mera palavra. O conceito genuíno não menospreza as peculiaridades e as particularidades que alberga sob si, mas procura mostrar a necessidade da ocorrência e conexão precisamente destas particularidades. O que ele oferece é uma regra universal para a conexão dos próprios particulares. (...) Nós não isolamos nenhuma parte abstracta de qualquer maneira da multiplicidade perante nós, mas criamos para os seus membros uma relação definida ao pensar neles como ligados entre si por uma lei inclusiva.” Idem, *Ibidem*, pp.19-20.

39 Idem, *Ibidem*, p.188. Não ignoramos o tratamento singular que os “conceitos de cultura” merecem a Ernst Cassirer, que os protege de serem tratados como “conceitos de natureza”, quando ele procura

rções sobre as questões epistemológicas e metodológicas, das quais, aliás, não somos, nem pretendemos ser, *especialistas*, elas não podem substituir o trabalho substantivo em história e sociologia. Tais considerações, importantes para levantar novas perguntas, explorar novas perspectivas e abarcar novas fontes, carecem ser acompanhadas por um trabalho aplicado de pesquisa; esse, sim, é que permite solucionar, sem incorrer em tentações especulativas, os *impasses* epistemológicos e metodológicos previamente recenseados e circunscritos e explorar, em termos práticos, as *promessas* conceptuais eventualmente criadas com essa perquirição.

Agora? Basta continuar a trabalhar! Após estas indispensáveis advertências ao leitor, resta clarificar a motivação do imoderado empreendimento que foi reunir nos mesmos espaços de debate um tão vasto e heterogêneo conjunto de abordagens. Não obstante os riscos metodológicos enunciados, a indústria, o trabalho e o movimento operário

compreender o problema dos modos de conceptualização que são os seus; vd. Ernst Cassirer, *The Logic of the Humanities*, New Haven, Yale University Press, 1961, p.120. "Este problema é comum a todas as ciências; mas a sua solução conduz a muitas direcções.²" Idem, *Ibidem*, p.135. No universo da cultura, o processo de conhecimento escolhe uma variedade de conexão específica entre os factos e fenómenos que estuda como procedimento de conceptualização e interpretação. "O seu objectivo não é a universalidade das leis; mas tão-pouco é apenas a individualidade dos factos e fenómenos. Em contraste com ambas, ele erige um ideal de conhecimento próprio." Idem, *Ibidem*, p.144. Esta obra, originalmente publicada em 1942, vem tornar complicada a manutenção de uma cisão intransponível entre ciências nomotéticas e ciências ideográficas. Antes, Max Weber, com uma proposta de apreciação própria sobre o problema, tinha já perturbado a aplicação incontrolada da oposição de Wilhelm Windelband (circa 1894), cortando de viés a ruptura entre "compreensão" e "interpretação" que se tinha imposto no universo intelectual germânico da época. Sobre esta questão, ler Fritz Ringer, *Max Weber's Methodology. The Unification of the Cultural and Social Sciences*, Cambridge, Harvard University Press, 1997.

instituem um campo de investigação no qual a exploração das correlações continua a constituir o mais estimulante desafio. Num voluntarioso (e aventureiro, talvez) esforço de avanço epistémico, próprio dos *aprendizes* que queremos continuar a ser, quisemos confrontar os mais variados discursos construídos em torno destas temáticas, com o objectivo de reconhecer os limites e as lacunas mas também as esperanças e as potencialidades existentes. Quisemos expor uma selecção do vocabulário que emergiu do cruzamento de tão distintos itinerários científicos, individuais e colectivos. Seria ingénuo (ou simplesmente ridículo) pretender que este projecto funcionasse como precursor para um léxico comum nos estudos nesta área; o repto cartesiano de uma língua universal não teve qualquer eco entre nós. Estes vocábulos impuseram-se antes como zonas de convergência e confronto. Estamos cientes de que eles evoluem juntamente com as condições objectivas de existência e que os processos de intelectualização em perpétua transfiguração não são imunes aos processos sociais e históricos em curso. Não obstante, a sua existência, vulgarização e profusa aplicação comprovam a pertinência e a relevância de olhar os variados modos de os usar. Os autores aqui reunidos perscrutam as rupturas e as continuidades inscritas nas *construções*, nas *contestações*, em *culturas*, no *trabalho*, nas *cidades*, nas *memórias*, nos *testemunhos* e nos *ofícios*. Não esgotando, obviamente, a infinidade de cenários onde se pode descobrir o processo sócio-histórico, este vocabulário expressa os caminhos da historiografia social portuguesa contemporânea. Registrar as formas originais e desassombradas com que ele foi aplicado, reinventado, criticado, ou miscigenado nos textos aqui coligidos, foi para nós o mais fascinante resultado deste projecto.

